

# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

## CONCURSO PÚBLICO

Caderno de questões - Tipo I - Conhecimentos Básicos para o Cargo 5:  
Técnico Judiciário - área: Administrativa

# MANHÃ



## PROVAS OBJETIVAS

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para as questões de 1 a 3

1 A soberania popular pode ser exercida, juridicamente,  
por meio de três modelos: democracia participativa ou direta,  
democracia representativa ou indireta e democracia semidireta.  
4 Na democracia direta, o povo participa diretamente da vida  
política do Estado, exercendo os poderes governamentais,  
fazendo leis, administrando e julgando. É, pois, aquela em que  
7 o povo exerce de modo imediato as funções públicas. Na  
democracia indireta ou representativa, o povo não exerce seu  
poder de modo imediato, mas por meio de seus representantes,  
10 eleitos periodicamente, a quem são delegadas as funções de  
governo. A democracia representativa pressupõe um conjunto  
de instituições que disciplinam a participação popular no  
13 processo político, que formam os direitos políticos que  
qualificam a cidadania, como, por exemplo, as eleições, o  
sistema eleitoral, os partidos políticos; enfim, mecanismos  
16 disciplinadores para a escolha dos representantes do povo. Na  
democracia semidireta, são assegurados instrumentos de  
participação direta do povo nas funções de governo. Esses  
19 instrumentos de participação dão ao povo, conservadas,  
embora em parte, as formas representativas, a palavra final  
relativa a todo o ato governativo. Como exemplo desses  
22 instrumentos, podem ser citados o referendo e o plebiscito.

Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

### QUESTÃO 1

No texto, a palavra

- A “imediato” (ℓ.7) está empregada com o sentido de **direto**, ou seja, que age ou se produz sem intermediário.
- B “processo” (ℓ.13) poderia ser corretamente substituída por **decurso**, sem prejuízo para o sentido original do texto.
- C “instrumentos” (ℓ.17) está empregada como sinônimo de **utensílios**.
- D “soberania” (ℓ.1) poderia, sem prejuízo para o sentido original do período, ser substituída por **autoridade** ou **superioridade**.
- E “vida”, na linha 4, está empregada com mesmo sentido que essa palavra possui na seguinte frase: salvar a vida do paciente.

### QUESTÃO 2

O sujeito da oração cujo núcleo do predicado é a forma verbal “formam” (ℓ.13) é

- A a expressão “os direitos políticos” (ℓ.13).
- B o pronome “que” imediatamente antecedente.
- C oculo.
- D indeterminado.
- E a expressão “um conjunto de instituições” (ℓ.11-12).

### QUESTÃO 3

Com relação a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- A A substituição de “são assegurados” (ℓ.17) por **assegura-se** preservaria a correção gramatical do período.
- B No trecho “a palavra final relativa a todo o ato” (ℓ.20-21), a partícula **a** pertence à mesma classe gramatical em ambas as ocorrências.
- C A conjunção “pois” (ℓ.6) exerce, na oração em que se insere, função explicativa.
- D Na linha 10, a expressão “a quem” exerce a função de complemento indireto da locução verbal “são delegadas” e o trecho “as funções de governo” (ℓ.10-11), a função de complemento direto dessa locução.
- E O trecho “A democracia representativa pressupõe” (ℓ.11) poderia, sem prejuízo para os sentidos do texto ou para sua correção gramatical, ser substituído por: Na democracia participativa, pressupõe-se.

### Texto para as questões de 4 a 9

1 Diversas são as naturezas dos instrumentos de que  
dispõe o povo para participar efetivamente da sociedade em  
que vive. Políticos, sociais ou jurisdicionais, todos eles  
4 destinam-se à mesma finalidade: submeter o administrador ao  
controle e à aprovação do administrado. O sufrágio universal,  
por exemplo, é um mecanismo de controle de índole  
7 eminentemente política — no Brasil, está previsto no art. 14 da  
Constituição Federal de 1988, que assegura ainda o voto direto  
e secreto e de igual valor para todos —, que garante o direito  
10 do cidadão de escolher seus representantes e de ser escolhido  
pelos seus pares.

Costuma-se dizer que a forma de sufrágio denuncia,  
13 em princípio, o regime político de uma sociedade. Assim,  
quanto mais democrática a sociedade, maior a amplitude do  
sufrágio. Essa não é, entretanto, uma verdade absoluta. Um  
16 sistema eleitoral pode prever condições legítimas a serem  
preenchidas pelo cidadão para se tornar eleitor, desde que não  
sejam discriminatórias ou levem em consideração valores  
19 pessoais. Segundo José Afonso da Silva, considera-se, pois,  
universal o sufrágio quando se outorga o direito de votar a  
todos os nacionais de um país, sem restrições derivadas de  
22 condições de nascimento, de fortuna ou de capacidade especial.  
No Brasil, só é considerado eleitor quem preencher os  
requisitos da nacionalidade, idade e capacidade, além do  
25 requisito formal do alistamento eleitoral. Todos requisitos  
legítimos e que não tornam inapropriado o uso do adjetivo  
universal.

Internet: <http://jus.com.br> (com adaptações).

### QUESTÃO 4

O texto é, essencialmente,

- A descritivo.
- B informativo.
- C prescritivo e normativo.
- D dissertativo-argumentativo.
- E narrativo.

**QUESTÃO 5**

O texto

- Ⓐ trata dos mecanismos sociais e políticos de controle do povo.
- Ⓑ afirma que os eleitores devem preencher o formulário de alistamento com dados como nacionalidade.
- Ⓒ discute o significado da universalidade atribuída ao mecanismo democrático do sufrágio.
- Ⓓ sustenta que, no Brasil, o sufrágio universal caracteriza-se pelo fato de o voto ter “igual valor para todos” (ℓ.9).
- Ⓔ defende a ideia de que o voto seja restrito.

**QUESTÃO 6**

Assinale a opção correta em relação à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase no texto apresentado.

- Ⓐ A correção gramatical do texto seria mantida, apesar de haver alteração de seu sentido, caso o trecho “do alistamento eleitoral” (ℓ.25) fosse substituído por **para o alistamento eleitoral**.
- Ⓑ Sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido original do texto, o trecho “submeter o administrador ao controle e à aprovação do administrado” (ℓ.4-5) poderia ser reescrito da seguinte forma: **submeter ao administrador o controle e a aprovação do administrado**.
- Ⓒ Na linha 6, a expressão “de índole” exerce a função de complemento de “controle” e, por isso, o emprego da preposição “de” é exigido pela presença desse substantivo na oração.
- Ⓓ Prejudicaria a correção gramatical do texto, assim como sua coerência, a substituição do trecho “que garante o direito do cidadão” (ℓ.9-10) por **que garante ao cidadão o direito**.
- Ⓔ Na linha 21, caso o trecho “todos os nacionais de um país” fosse substituído por **todas as pessoas de um país**, a partícula “a” empregada imediatamente após “votar” (ℓ.20) deveria receber acento indicativo de crase.

**QUESTÃO 7**

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ A palavra “capacidade” (ℓ.22) está empregada no sentido de **volume**.
- Ⓑ O artigo masculino plural **os** poderia ser corretamente inserido após “Todos”, em “Todos requisitos” (ℓ.25).
- Ⓒ Na linha 3, “sociais ou jurisdicionais” caracterizam “Políticos”.
- Ⓓ O pronome “eles” (ℓ.3) retoma “povo” (ℓ.2), cujo sentido genérico é conjunto de pessoas.
- Ⓔ A expressão “desde que” (ℓ.17) poderia ser corretamente substituída por **com a condição de que**.

**QUESTÃO 8**

Considerando que cada uma das opções abaixo apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto — indicado entre aspas —, assinale a opção em que a reescrita, além de manter o sentido da informação originalmente apresentada, também preserva a correção gramatical.

- Ⓐ “Costuma-se dizer que a forma de sufrágio denuncia, em princípio, o regime político de uma sociedade” (ℓ.12-13): É costume falar de que, no princípio, o regime político de uma sociedade é difundido pela forma de sufrágio
- Ⓑ “Assim, quanto mais democrática a sociedade, maior a amplitude do sufrágio” (ℓ.13-15): Maior amplitude do sufrágio significa, então, que a sociedade seja mais democrática
- Ⓒ “Um sistema eleitoral pode prever condições legítimas a serem preenchidas pelo cidadão para se tornar eleitor” (ℓ.15-17): Em um sistema eleitoral, é possível prever que o cidadão terá condições legítimas para se tornar eleitor
- Ⓓ “Segundo José Afonso da Silva, considera-se, pois, universal o sufrágio quando se outorga o direito de votar a todos os nacionais de um país” (ℓ.19-21): Portanto, de acordo com José Afonso da Silva, o sufrágio é considerado universal se o direito ao voto é outorgado a todos os nacionais de determinado país
- Ⓔ “no Brasil, está previsto no art. 14 da Constituição Federal de 1988, que assegura ainda o voto direto e secreto e de igual valor para todos” (ℓ.7-9): a Constituição Federal de 1988 prevê, também no Brasil em seu art. 14, a garantia do voto direto e secreto e com valor igual para todos

**QUESTÃO 9**

De acordo com o texto,

- Ⓐ existe um adjetivo universal para qualificar requisitos não legítimos.
- Ⓑ os instrumentos disponíveis garantem a participação efetiva do povo na sociedade.
- Ⓒ aqueles que escolhem os seus representantes são também por ele escolhidos.
- Ⓓ no momento em se outorga o direito de votar, o sufrágio passa a ser universal.
- Ⓔ apenas após o alistamento eleitoral, o brasileiro está apto a votar.

**QUESTÃO 10**

Nas opções a seguir são apresentados trechos adaptados de **Os Novos Atores Políticos**, de Vladimir Safatle, texto publicado em **Carta Capital**. Assinale a opção em que o trecho apresentado está gramaticalmente correto.

- Ⓐ Que juízes se vejam como atores políticos, não deveria ser visto como um problema.
- Ⓑ A interpretação das leis não pode ser feita sem apelo a interpretação das demandas políticas que circula no interior da vida social de um povo.
- Ⓒ Interpretar uma lei é se perguntar sobre, o que os legisladores procuravam realizar?
- Ⓓ Um dos fatos mais relevantes de 2012 foram a transformação dos juízes do Supremo Tribunal Federal em novos atores políticos.
- Ⓔ Há algum tempo, a Suprema Corte virou protagonista de primeira grandeza nos debates políticos nacionais.

**QUESTÃO 11**

No que se refere às normas para elaboração de correspondência oficial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aviso é o expediente adequado para a comunicação entre o gestor máximo de qualquer órgão da administração e outras autoridades de mesma hierarquia.
- Ⓑ O expediente adequado para que um ministro de Estado submeta um projeto de ato normativo à consideração da presidenta da República é a exposição de motivos.
- Ⓒ Apesar da recomendação para que se empreguem os fechos **Atenciosamente e Respeitosamente**, nas redações oficiais, admite-se também o uso de **Cordialmente, Saudações e Com meus cumprimentos**, se o conteúdo do documento for solene.
- Ⓓ Na comunicação entre um tribunal regional eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral, deve-se utilizar um memorando.
- Ⓔ Em correspondências enviadas a deputado, juiz, embaixador e diretor-geral de agência reguladora, deve-se empregar o pronome de tratamento **Vossa Excelência**.

**QUESTÃO 12**

Ainda em relação à correspondência oficial, assinale a opção correta.

- Ⓐ O documento adequado para a comunicação entre setores da mesma instituição é o memorando.
- Ⓑ Nos documentos do padrão ofício, o signatário deve ser identificado pelo nome, seguido do nome da instituição.
- Ⓒ Em documentos endereçados a um ministro de Estado, deve-se empregar o vocativo **Excelentíssimo Senhor Ministro**.
- Ⓓ O telegrama é a forma de comunicação mais utilizada em situações de emergência, dados seu baixo custo e a celeridade por ele proporcionada.
- Ⓔ A mensagem de correio eletrônico não tem valor documental, uma vez que não há forma de confirmar a autenticidade da assinatura do seu remetente.

**QUESTÃO 13**

Assinale a opção correta a respeito de correspondência oficial.

- Ⓐ Os ofícios e memorandos não podem ser impressos em frente e verso, uma vez que é utilizado o papel timbrado.
- Ⓑ O documento via fax possui formatação própria, diferindo-se das demais correspondências oficiais.
- Ⓒ Considerando a concordância dos pronomes de tratamento, uma comunicação dirigida ao presidente do Senado Federal deverá ser redigida da seguinte maneira: Vossa Excelência será informado da tramitação do projeto em pauta.
- Ⓓ Apesar de menos usuais, **ilustríssimo** e **digníssimo** são pronomes de tratamento aceitos em comunicações oficiais.
- Ⓔ As páginas de um ofício devem ser numeradas, inclusive a primeira, quando houver mais de uma.

**QUESTÃO 14**

Acerca do padrão ofício de diagramação, assinale a opção correta.

- A** A informação de data e local deve ser alinhada à direita, logo abaixo do tipo e número do expediente.
- B** Não se aplica o padrão ofício à exposição de motivos nem à mensagem.
- C** O destinatário do documento pode constar do final do documento ou do rodapé, após a assinatura do emissor.
- D** Para dar destaque a trechos de documento, sua impressão pode ser colorida.
- E** Não é necessário numerar os parágrafos de um ofício que tenha apenas uma página.

**QUESTÃO 15**

Considerando os princípios da impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal, constantes do **Manual de Redação da Presidência da República**, assinale a opção que apresenta um trecho adequado para compor um documento oficial.

- A** É com grande honra e satisfação, que comunico que V. Exa. será agraciada, pelo Presidente desta Instituição com a Medalha de Condecoração.
- B** Venho por meio deste solicitar autorização para realização do seminário sobre o tabagismo no salão de reuniões nos dias 27 e 28 de março.
- C** A senadora saudou a presidenta da República, em seu discurso, e solicitou sua intervenção no seu Estado, mas isso não surpreendeu-a.
- D** Solicitamos a prorrogação do estágio da estudante de administração alocada nesta Seção por mais um semestre, tendo em vista que a mesma tem desempenhado as atividades dela com extrema eficiência.
- E** O cancelamento de reunião deverá ser imediatamente comunicado à Secretaria do Gabinete.

**QUESTÃO 16**

Acerca dos princípios arquivísticos, assinale a opção correta.

- A** O princípio da territorialidade desconsidera o contexto de produção dos documentos.
- B** A proveniência determina que os fundos de arquivo podem ser reunidos em um único arquivo.
- C** De acordo com o respeito à ordem original, não é possível redefinir a ordem primitiva dos documentos.
- D** Os princípios da proveniência e de respeito aos fundos têm significados semelhantes.
- E** Os princípios da proveniência e da pertinência têm o mesmo sentido, que é respeitar a origem dos documentos.

**QUESTÃO 17**

A relação natural entre documentos de um arquivo é dada pela sua

- A** autenticidade.
- B** unicidade.
- C** veracidade.
- D** organicidade.
- E** imparcialidade.

**QUESTÃO 18**

A lei de arquivos — Lei n.º 8.159/1991 — dispõe que

- A** os documentos privados não podem ser considerados de interesse público.
- B** a administração pública deve definir os custos relativos à consulta aos documentos públicos.
- C** o Arquivo Nacional do Poder Executivo, os arquivos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e aqueles dos ministérios da Marinha, das Relações Exteriores, do Exército e da Aeronáutica são considerados arquivos federais.
- D** os registros civis de arquivos de entidades religiosas não podem ser identificados como de interesse público e social.
- E** os arquivos privados são os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos exclusivamente por pessoas físicas.

**QUESTÃO 19**

A gestão de documentos contribui para as funções arquivísticas, de modo que

- A** sejam eliminados documentos em todo o ciclo de vida documental.
- B** apenas os documentos com valor administrativo sejam organizados.
- C** uma parcela dos documentos que constituem o patrimônio arquivístico do país seja descartada.
- D** os documentos sejam avaliados como de guarda permanente.
- E** as políticas e atividades dos governos sejam documentadas adequadamente.

**QUESTÃO 20**

No que se refere às atividades de protocolo, assinale a opção correta.

- A** A anexação de documentos é temporária.
- B** Os documentos apensados passam a fazer parte do processo original.
- C** A apensação é a juntada de documentos em caráter definitivo.
- D** Os processos e os dossiês constituem unidades de arquivamento.
- E** A anexação é a juntada do documento ou processo a outro processo, prevalecendo o número do documento mais recente.

**QUESTÃO 21**

Ainda com relação ao protocolo, é correto afirmar que

- A** a expedição de documentos não é realizada com o mesmo controle dado à entrada de documentos, visto que sairão da instituição.
- B** a entrada de documentos no arquivo acontece exclusivamente por transferência ou recolhimento.
- C** o registro de entrada de documentos é feito, geralmente, considerando-se o tema dos documentos.
- D** a distribuição e a tramitação de documentos acontecem, atualmente, somente em meio eletrônico.
- E** a unidade de protocolo responsabiliza-se, institucionalmente, pela autuação de documentos.

**QUESTÃO 22**

A classificação de documentos arquivísticos

- A** é a ação física de acondicionar os documentos a partir do plano de classificação.
- B** é determinada pelas espécies de documentos.
- C** deve ignorar os princípios da proveniência e de respeito à ordem original.
- D** é uma atividade intelectual voltada para o agrupamento dos documentos a partir das funções e atividades geradoras desses documentos.
- E** é a disposição dos documentos dentro das divisões estabelecidas no instrumento de descrição.

**QUESTÃO 23**

A respeito da ordenação dos documentos, assinale a opção correta.

- A** Na ordem alfabética, considera-se a sequência numérico-cronológica.
- B** Os documentos, no sistema numérico simples, são agrupados em sequência numérica, exigindo o índice alfabético remissivo.
- C** A ordenação pelo sistema numérico cronológico determina que os documentos sejam organizados conforme sua sequência numérica, dispensando o índice alfabético remissivo.
- D** Na ordenação temática dicionária, as letras são distribuídas conforme a sequência dos assuntos.
- E** A ordem geográfica prevê que os verbetes sejam ordenados por temas.

**QUESTÃO 24**

Ao lidar com os documentos, usa-se a tabela de temporalidade como instrumento para a

- A** avaliação.
- B** codificação.
- C** classificação.
- D** descrição.
- E** indexação.

**QUESTÃO 25**

A embalagem ou a guarda de um documento, com o fim de preservação e acesso, denomina-se

- A** encolagem.
- B** acondicionamento.
- C** armazenamento.
- D** aditamento.
- E** amostragem.

**QUESTÃO 26**

Acerca dos cuidados necessários relativos ao acondicionamento e armazenamento dos documentos, assinale a opção correta.

- A** O empilhamento é uma forma adequada de armazenamento de documentos.
- B** Para que se ajustem à embalagem, os documentos devem ser dobrados.
- C** A qualidade do material da embalagem não afeta o documento.
- D** A troca das pastas e caixas deve adequar-se ao armazenamento de documentos.
- E** Os tamanhos das embalagens devem ser fixos.

**QUESTÃO 27**

Para o arquivamento de documentos, o local próprio, dotado de condições especiais, para restringir o acesso e propiciar a máxima segurança contra furtos e sinistros é a câmara de

- A** acondicionamento.
- B** estocagem.
- C** vigilância.
- D** armazenamento.
- E** segurança.

**QUESTÃO 28**

O plano de emergência é o esquema que

- A** determina prazos e condições de guarda dos documentos.
- B** distribui documentos em classes.
- C** estabelece medidas preventivas e de segurança em caso de sinistros.
- D** indica a disposição do mobiliário e a utilização atual ou futura do espaço disponível.
- E** prevê a destinação dos documentos.

**QUESTÃO 29**

O tratamento de documentos deteriorados pelo aumento da umidade, pela retirada gradual de ar e pela elevação da temperatura denomina-se

- A** velatura.
- B** umidificação.
- C** secagem a vácuo.
- D** reencolagem.
- E** laminação.

**QUESTÃO 30**

Na preservação de documentos arquivísticos, deve-se considerar

- A** a classificação dos documentos, tendo em vista a sua recuperação.
- B** a avaliação dos documentos, mediante o uso de instrumentos de pesquisa.
- C** as atividades relacionadas ao recebimento, distribuição, tramitação e expedição de documentos.
- D** as políticas institucionais voltadas para a prevenção de danos aos documentos.
- E** os métodos de arquivamento e ordenação de documentos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 31**

A partir da segunda metade do século XX, a universalização das constituições passou a ser uma das características do constitucionalismo mundial. Atualmente, apenas poucos países não possuem uma constituição escrita. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- A** A República, a democracia, a federação, o parlamentarismo e os direitos humanos são princípios fundamentais expressos na atual Constituição brasileira.
- B** A intervenção humanitária e a proibição de concessão de asilo político são princípios constitucionais que regem o Brasil nas suas relações internacionais.
- C** O constitucionalismo moderno relaciona-se com os direitos fundamentais e a separação de poderes.
- D** Constituições semirrígidas são aquelas cujo processo de alteração é difícil e solene.
- E** Considerando-se as características da Constituição Federal de 1988 (CF), é possível classificá-la como formal, escrita, outorgada e analítica.

**QUESTÃO 32**

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A** O brasileiro naturalizado não pode ocupar o cargo de deputado federal, privativo de brasileiro nato.
- B** A CF garante aos estrangeiros em trânsito pelo território nacional os mesmos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros.
- C** O direito à vida, protegido constitucionalmente, resume-se ao direito de continuar vivo.
- D** Em algumas situações, é constitucionalmente admissível o tratamento diferenciado entre homem e mulher.
- E** As convenções internacionais de direitos humanos ingressam no ordenamento jurídico nacional com *status* de lei complementar.

**QUESTÃO 33**

Assinale a opção correta acerca da organização político-administrativa brasileira.

- A** Em matéria de competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrária.
- B** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios pertencem aos estados nas quais se situam.
- C** A CF adotou como princípio da organização política brasileira a dissolubilidade do vínculo federativo.
- D** O regime federal estabelecido pela CF concede autonomia aos estados-membros, ou seja, auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração.
- E** Compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito eleitoral.

**QUESTÃO 34**

No que concerne ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- A** O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, com legislatura anual.
- B** Compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar portaria ministerial que exorbite do poder regulamentar.
- C** A suspensão da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) compete à Câmara dos Deputados.
- D** As imunidades parlamentares serão automaticamente suspensas durante o estado de sítio.
- E** Os integrantes da Câmara dos Deputados são eleitos pelo sistema majoritário.

**QUESTÃO 35**

Em relação ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A** Para ocupar o cargo de ministro de Estado, o cidadão deve ter, no mínimo, trinta anos de idade e estar no exercício de seus direitos políticos.
- B** Não cabe aos ministros de Estado referendar os atos e decretos assinados pelo presidente da República.
- C** O presidente da República tem autonomia para vetar artigo de projeto de lei por razões de inconstitucionalidade.
- D** A CF autoriza a criação ou a extinção de órgãos públicos por meio de decreto presidencial.
- E** A nomeação do procurador-geral da República pelo presidente da República independe de prévia aprovação do Senado Federal.

**QUESTÃO 36**

Assinale a opção correta no que concerne à justiça eleitoral.

- A** As decisões dos tribunais regionais eleitorais são irrecorríveis, salvo as que anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos.
- B** Os tribunais regionais eleitorais não possuem competência para julgar mandado de injunção.
- C** Os juízes dos tribunais eleitorais podem atuar pelo prazo máximo de dois anos.
- D** As juntas eleitorais, por exercerem função administrativa, não integram a justiça eleitoral.
- E** O presidente da República nomeará para compor o Tribunal Superior Eleitoral, após indicação do STF, dois juízes entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.



**QUESTÃO 37**

No que se refere ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A** O STF possui competência para processar e julgar, originariamente, os membros dos tribunais regionais eleitorais pela prática de crimes comuns.
- B** Os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não podendo o juiz ou tribunal limitar o seu acesso em hipótese alguma.
- C** Os tribunais de justiça podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, desde que o façam pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
- D** A justiça de paz, órgão de caráter jurisdicional, será composta por cidadãos eleitos pelo voto direto, secreto e universal, para um mandato de dez anos.
- E** Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa, financeira e jurisdicional do Poder Judiciário, bem como a fiscalização do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

**QUESTÃO 38**

A respeito das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** A CF não autoriza o exercício de atividade político-partidária pelos membros do MP.
- B** A inviolabilidade do advogado, por seus atos e manifestações, é absoluta.
- C** Aos membros do MP, desde a posse, é garantida a vitaliciedade, que limita a perda do cargo apenas às hipóteses de sentença judicial transitada em julgado e de processo administrativo disciplinar.
- D** A unidade, a indivisibilidade e a subordinação técnica são princípios institucionais do Ministério Público (MP).
- E** A procuradoria-geral da Fazenda Nacional não integra a Advocacia-Geral da União.

**QUESTÃO 39**

Relativamente aos direitos políticos e aos partidos políticos, assinale a opção correta.

- A** A inelegibilidade reflexa aplica-se ao cônjuge ou parente do vice-prefeito e dos secretários municipais.
- B** Para concorrer a outro cargo, o deputado federal deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- C** A CF adotou o sufrágio capacitário ao estabelecer a inelegibilidade dos analfabetos.
- D** O conscrito não pode se alistar como eleitor.
- E** A CF permite que os partidos políticos recebam recursos financeiros de governo estrangeiro, desde que haja a correspondente prestação de contas à justiça eleitoral.

**QUESTÃO 40**

Com relação aos órgãos da justiça eleitoral e suas atribuições e competências, assinale a opção correta.

- A** O Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais e as zonas eleitorais são órgãos da justiça eleitoral.
- B** Os dois cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral que compõem os tribunais regionais eleitorais devem ser, necessariamente, advogados indicados pelo tribunal de justiça.
- C** Compete prioritariamente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fixar as datas para as eleições de presidente e vice-presidente da República, senadores e deputados federais, no ano anterior ao término dos respectivos mandatos.
- D** As atribuições do corregedor-geral eleitoral são fixadas por lei ordinária.
- E** Os tribunais regionais eleitorais compõem-se de dois juízes de direito escolhidos pelo próprio tribunal.

**QUESTÃO 41**

Com relação a alistamento eleitoral, assinale a opção correta.

- A** Proíbe-se o alistamento de menor que não tenha dezesseis anos de idade completos na data de requerimento de inscrição eleitoral.
- B** Ao brasileiro nato que deixar de se alistar até os dezanove anos de idade ou de requerer sua inscrição eleitoral até o centésimo quinquagésimo primeiro dia anterior à eleição subsequente à data em que completar dezanove anos de idade será aplicada multa, cobrada no momento da entrega do título eleitoral.
- C** Para efeito de transferência de domicílio eleitoral do eleitor, a residência mínima de três meses no novo domicílio eleitoral deve ser cabalmente comprovada pelo interessado por meio de comprovante de residência.
- D** No caso de dilaceração de título eleitoral, o requerimento da segunda via deverá ser instruído com o título danificado.
- E** Cabe ao alistando preencher o requerimento de alistamento eleitoral no cartório eleitoral ou no posto de alistamento, e ao servidor da justiça eleitoral apenas digitar posteriormente esse requerimento.

**QUESTÃO 42**

A respeito de composição, competências e atribuições dos órgãos da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- A** Dois funcionários de uma mesma empresa privada podem integrar uma mesma junta eleitoral.
- B** Servidores do Poder Executivo são impedidos de compor junta eleitoral.
- C** Compete aos juízes criminais processar e julgar os crimes eleitorais cometidos por quaisquer indivíduos que já alcançaram a maioridade.
- D** Aos tribunais regionais eleitorais compete dividir as zonas eleitorais em seções eleitorais.
- E** O presidente do tribunal regional eleitoral nomeia os membros das juntas eleitorais somente após a aprovação dos nomes pelo tribunal regional eleitoral.

**QUESTÃO 43**

Com base na Lei n.º 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, assinale a opção correta.

- A** Tanto durante a propaganda para eleição proporcional como durante a propaganda para eleição majoritária, a coligação usa, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.
- B** Pode participar das eleições o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral até a data da indicação das candidaturas, conforme o disposto em lei, e que possua, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição, de acordo com o seu estatuto.
- C** Somente nos municípios com mais de duzentos mil eleitores existe a possibilidade de eleição de prefeito em segundo turno.
- D** Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos.
- E** A denominação adotada pela coligação durante as eleições poderá referir-se ao nome ou número dos candidatos, bem como conter pedido de voto para partido político.

**QUESTÃO 44**

A respeito das convenções para escolha de candidatos e registros de candidaturas, assinale a opção correta.

- A** Um partido político de um estado da Federação que possua oito deputados federais poderá registrar no máximo doze candidatos para a Câmara dos Deputados.
- B** O pedido de registro de um candidato a prefeito deve ser instruído com as propostas por ele defendidas.
- C** Uma coligação partidária de um estado da Federação que possua oito deputados federais poderá registrar até dezesseis candidatos para a Câmara dos Deputados.
- D** As normas para a escolha e substituição de candidatos são estabelecidas pela Lei n.º 9.504/1997.
- E** A escolha dos candidatos pelos partidos pode ser feita no ano em que se realizam as eleições, a qualquer momento, até a véspera do registro das candidaturas.

**QUESTÃO 45**

Assinale a opção correta com referência ao sistema eletrônico de votação.

- A** O juiz eleitoral pode votar em qualquer urna eletrônica da seção da zona eleitoral sob sua jurisdição, mesmo sem ter seu nome incluído na listagem de eleitores da seção.
- B** Após a implementação do voto por meio de urnas eletrônicas, proibiu-se o uso de cédulas de papel no processo eleitoral.
- C** Na votação para as eleições majoritárias, os votos em que seja impossível a identificação do candidato são computados para a legenda partidária, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.
- D** A urna eletrônica exibe para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.
- E** A urna eletrônica mostra, em seu painel, a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.

**QUESTÃO 46**

Assinale a opção correta acerca de restabelecimento de inscrição cancelada por equívoco, formulário de atualização da situação do eleitor, título eleitoral, acesso às informações constantes do cadastro e restrição de direitos políticos.

- A** Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data da emissão do título será a do deferimento pelo juiz.
- B** Segundo a Resolução TSE n.º 21.538/2003, somente é admitido o restabelecimento, mediante comando de código específico, de inscrição cancelada em virtude de comando equivocado dos códigos atribuídos a falecimento, decisão judicial e revisão do eleitorado.
- C** Os juízes eleitorais podem, no âmbito de suas jurisdições, autorizar a divulgação a interessados de dados disponíveis em meio magnético sobre profissão e escolaridade dos eleitores, desde que sem ônus para a justiça eleitoral.
- D** A comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral da outorga a um brasileiro do gozo dos direitos políticos em Portugal impede a suspensão, para esse indivíduo, desses mesmos direitos no Brasil.
- E** A tabela de códigos para atualização da situação do eleitor é estabelecida pela presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

**QUESTÃO 47**

Assinale a opção correta com relação à revisão do eleitorado.

- A** A revisão do eleitorado é presidida pelo corregedor-regional eleitoral.
- B** A prova de identidade é admitida se feita pelo próprio eleitor ou por procurador devidamente constituído, mediante apresentação dos documentos especificados em resolução.
- C** A comprovação de domicílio pode ser feita mediante apresentação de documentos dos quais se infira ter o eleitor vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município, de modo a abonar a residência exigida.
- D** Quando há denúncia fundamentada de fraude no alistamento de zona eleitoral ou município, o TSE determina de ofício a realização de revisão do eleitorado, com o cancelamento das inscrições correspondentes aos títulos não apresentados à revisão.
- E** A revisão de eleitorado somente pode ser realizada em ano eleitoral ou em situações excepcionais, com prévia autorização do tribunal regional eleitoral.

**QUESTÃO 48**

Assinale a opção correta acerca da Lei n.º 9.096/1995, que dispõe sobre partidos.

- A** Para desligar-se de partido, o filiado deve encaminhar ao órgão de direção municipal seu pedido de desligamento, que, se negado, deverá ser apreciado pelo juiz eleitoral da zona em que for inscrito.
- B** A decisão partidária no sentido do deferimento do cancelamento da filiação é necessária para que o vínculo com o partido torna-se extinto para todos os efeitos.
- C** É proibida a filiação de um eleitor a um partido político antes de seu desligamento do outro partido ao qual era filiado.
- D** A organização e o funcionamento dos partidos são determinados por lei específica.
- E** Os órgãos de direção nacional de partidos políticos têm pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral.

**QUESTÃO 49**

Com referência à organização administrativa, assinale a opção correta.

- A** O Estado, ao desenvolver suas atividades administrativas, atua por si mesmo ou cria órgão despersonalizado para desempenhar essas atividades, mas não pode criar outras pessoas jurídicas para desempenhar tais atividades.
- B** O Estado não pode transferir a particulares o exercício das atividades que lhe são próprias.
- C** O Estado pode transferir atividades que lhe são próprias a particulares, mas não pode criar outras pessoas jurídicas para desempenhar essas atividades.
- D** O Estado desenvolve suas atividades administrativas por si mesmo, mas pode transferi-las a particulares e também criar outras pessoas jurídicas para desempenhá-las; contudo tais entidades devem ter personalidade jurídica de direito público.
- E** O Estado desenvolve suas atividades administrativas por si mesmo, podendo transferi-las a particulares e também criar outras pessoas jurídicas, com personalidade jurídica de direito público ou privado, para desempenhá-las.

**QUESTÃO 50**

A respeito da organização administrativa e da administração direta e indireta, assinale a opção correta.

- A** Uma das diferenças entre a desconcentração e a descentralização administrativa é que nesta existe um vínculo hierárquico e naquela há o mero controle entre a administração central e o órgão desconcentrado, sem vínculo hierárquico.
- B** Na desconcentração, o Estado executa suas atividades indiretamente, mediante delegação a outras entidades dotadas de personalidade jurídica.
- C** A centralização é a situação em que o Estado executa suas tarefas diretamente, por intermédio dos inúmeros órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura funcional.
- D** A descentralização administrativa ocorre quando uma pessoa política ou uma entidade da administração indireta distribui competências no âmbito da própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a sua organização administrativa e a prestação de serviços.
- E** A descentralização é a situação em que o Estado executa suas tarefas indiretamente, por meio da delegação de atividades a outros órgãos despersonalizados dentro da estrutura interna da pessoa jurídica descentralizadora.

**QUESTÃO 51**

Assinale a opção correta com relação aos controles da administração pública.

- A** O controle jurisdicional dos atos administrativos vinculados ou discricionários abrange tanto o mérito administrativo como a sua legalidade.
- B** O direito de petição, previsto na Constituição Federal de 1988, a despeito de ser um direito fundamental, exige o pagamento de taxa.
- C** No exercício de suas funções, a administração pública se sujeita ao controle dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de exercer, ela mesma, o controle sobre os próprios atos.
- D** O controle administrativo deve ser concomitante e posterior, mas não pode ser prévio.
- E** Embora a administração pública se submeta ao controle jurisdicional, exige-se o exaurimento prévio da via administrativa para o ajuizamento da ação judicial.

**QUESTÃO 52**

A respeito da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, assinale a opção correta.

- A** A chamada centralização desconcentrada é a atribuição administrativa cometida a uma única pessoa jurídica dividida internamente em diversos órgãos.
- B** A estrutura básica da administração direta na esfera estadual é composta pelo chefe do Poder Executivo, que tem como auxiliares os ministros de Estado.
- C** Sociedade de economia mista, empresa pública e fundação pública de direito público são categorias abrangidas pelo termo empresa estatal ou empresa governamental.
- D** A criação de uma diretoria no âmbito interno de um tribunal regional eleitoral (TRE) configura exemplo de descentralização administrativa.
- E** A administração direta é composta de pessoas jurídicas, também denominadas entidades, e a administração indireta, de órgãos internos do Estado.

**QUESTÃO 53**

Ainda com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, assinale a opção correta.

- A** A responsabilidade pelos atos lesivos praticados pelas autarquias contra terceiros é de índole diversa da responsabilidade civil do Estado, que só abrange as pessoas políticas.
- B** As sociedades de economia mista não se sujeitam ao controle do Tribunal de Contas da União, já que apenas parte de seu capital votante é público.
- C** Compõem a administração pública indireta as entidades autárquicas e fundacionais, mas não as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- D** Caracteriza as agências reguladoras federais o fato de ter mandado fixo e proteção contra o desligamento imotivado.
- E** Para a criação e a extinção de empresa pública, exige-se a edição de lei específica, não sendo necessário o registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial.

**QUESTÃO 54**

Com referência aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** A União ao alugar um imóvel particular para instalar nova sede de um TRE, pratica ato administrativo.
- B** Ato administrativo é a declaração do Estado que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público ou privado e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.
- C** Competência é um dos elementos do ato administrativo que faculta ao agente a transferência de atribuições a outros agentes públicos, as quais, uma vez delegadas, não poderão ser avocadas pelo delegante.
- D** Os atos administrativos, quando editados, avocam para si a presunção absoluta de legitimidade.
- E** O motivo do ato não se confunde com a motivação da autoridade administrativa, pois a motivação diz respeito às formalidades do ato.

**QUESTÃO 55**

Um agente de trânsito, ao realizar fiscalização em uma rua, verificou que determinado indivíduo estaria conduzindo um veículo em mau estado de conservação, comprometendo, assim, a segurança do trânsito e, conseqüentemente, a da população. Diante dessa situação, o agente de trânsito resolveu reter o veículo e multar o proprietário.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que explicita, correta e respectivamente, o poder da administração correspondente aos atos praticados pelo agente, e os atributos verificados nos atos administrativos que caracterizam a retenção do veículo e a aplicação de multa.

- A** poder disciplinar — exigibilidade e discricionariedade
- B** poder de polícia — autoexecutoriedade e exigibilidade
- C** poder hierárquico — exigibilidade e autoexecutoriedade
- D** poder disciplinar — autoexecutoriedade e exigibilidade
- E** poder de polícia — exigibilidade e discricionariedade

**QUESTÃO 56**

Assinale a opção correta acerca das disposições gerais dos agentes públicos.

- A** É possível que um indivíduo, mesmo sem ter uma investidura normal e regular, execute uma função pública em nome do Estado.
- B** Servidor público estatutário é aquele submetido a um diploma legal específico e que ocupa cargo público da administração direta e indireta, como autarquias, fundações e empresas públicas.
- C** Os litígios que envolvam os servidores públicos estatutários e celetistas devem ser dirimidos na Justiça do Trabalho, especializada em dirimir conflitos entre trabalhadores e empregadores.
- D** Os chamados cargos vitalícios, previstos pela Constituição anterior à ora vigente, não mais subsistem. Atualmente, apenas existem os chamados cargos efetivos e cargos em comissão, também denominados na prática de cargo de confiança.
- E** Considera-se agente público aquele que exerce, mesmo que transitoriamente, cargo, emprego ou função pública, sempre mediante remuneração pelo serviço prestado.



**QUESTÃO 57**

Maria, que era servidora pública estável de um TRE, foi demitida do seu cargo em decorrência de um processo administrativo disciplinar, razão por que ajuizou ação judicial para impugnar o ato de demissão. O Poder Judiciário analisou a prova dos autos e proferiu sentença que invalidou a demissão e determinou a reintegração da servidora ao cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens. Entretanto, logo após a demissão de Maria, José, que também era servidor estável, e que ocupava outro cargo passou a ocupar a vaga dela.

Na situação hipotética acima, José deveria ser

- A** posto em disponibilidade.
- B** revertido ao cargo de origem.
- C** reconduzido ao cargo de origem.
- D** reintegrado ao cargo de origem.
- E** readaptado em outro cargo.

**QUESTÃO 58**

Acerca dos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- A** O poder hierárquico que exerce a administração pública é amplo, estendendo-se da administração direta para as entidades componentes da administração indireta.
- B** A delegação de competência administrativa, que consiste na transferência definitiva de competência de seu titular para outro órgão ou agente público, decorre do exercício do poder hierárquico.
- C** O poder de polícia tem como característica a ampla abrangência, não existindo critério territorial para a fixação da sua competência, razão por que a autoridade pública de um município tem competência para atuar em outro ente da Federação.
- D** O poder regulamentar consiste na possibilidade de o chefe do Poder Executivo editar atos administrativos gerais e abstratos, expedidos para dar fiel execução da lei.
- E** Caso determinada autoridade pública presencie a prática de um ilícito administrativo por um subordinado, a aplicação da penalidade ao autor do ilícito não dependerá de processo administrativo, incidindo o princípio da autotutela administrativa.

**QUESTÃO 59**

Assinale a opção correta a respeito da responsabilidade civil do Estado.

- A** O Estado será responsável pelos danos que seus agentes causarem, sendo incabível a ação regressiva mesmo no caso de dolo e culpa do agente.
- B** À semelhança do que ocorre no direito civil, o direito administrativo admite a culpa concorrente da vítima, considerando-a causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.
- C** A responsabilidade civil do Estado refere-se à obrigação de reparar os danos causados por seus agentes a terceiros em decorrência de suas atuações, mas não por suas omissões.
- D** O ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria da irresponsabilidade do Estado.
- E** Segundo a CF, a responsabilidade civil do Estado abrange as pessoas jurídicas de direito público, as de direito privado prestadoras de serviços públicos e as executoras de atividade econômica.

**QUESTÃO 60**

Ainda acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A** Para configurar a responsabilidade civil do Estado, o agente público causador do dano deve ser servidor público estatutário e possuir vínculo direto com a administração.
- B** Para configurar a responsabilidade civil do Estado, o agente público causador do prejuízo a terceiros deve ter agido na qualidade de agente público, sendo irrelevante o fato de ele atuar dentro, fora ou além de sua competência legal.
- C** Considerando que os atos judiciais são invioláveis, não se admite a responsabilização ao Estado pelos danos que deles emergirem.
- D** A responsabilidade civil do Estado é objetiva, sendo obrigatória configuração da culpa para a eclosão do evento danoso.
- E** É inconstitucional o dispositivo da Lei de Licitações e Contratos que prevê que a administração pública não se responsabilizará pelo pagamento dos encargos trabalhistas inadimplidos dos empregados de empresa terceirizada contratada.

**QUESTÃO 61**

Acerca dos requisitos para a investidura em cargo público, assinale a opção correta.

- A** A idade mínima para a investidura em cargo público é dezesseis anos.
- B** A investidura em o cargo público é concretizada com a publicação da nomeação no Diário Oficial.
- C** Vinte por cento das vagas de todos os concursos públicos devem ser reservadas aos portadores de deficiência, vedada qualquer alegação de incompatibilidade entre a deficiência e o cargo.
- D** Para ser investido em cargo público, o candidato deve ter, ao menos, o ensino fundamental completo.
- E** As universidades podem prover seus cargos com professores estrangeiros.

**QUESTÃO 62**

Considere que Lucas tenha tomado posse no seu primeiro cargo efetivo no serviço público federal e que esteja em exercício há seis meses. Com relação à situação funcional de Lucas, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.112/1990.

- A** Lucas irá adquirir estabilidade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- B** Caso Lucas esteja cursando faculdade e tenha de mudar de localidade no interesse da administração, ele terá direito a matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.
- C** Enquanto estiver no período de estágio probatório, Lucas não poderá ocupar cargos em comissão.
- D** Lucas poderá tirar licença para desempenho de mandato classista.
- E** Lucas poderá tirar licença para tratar de assuntos particulares pelo prazo de três anos consecutivos, sem direito à remuneração.

**QUESTÃO 63**

Ao funcionário público federal estável aprovado em novo concurso público, para outro órgão, mas não habilitado no estágio probatório desse novo cargo aplica-se, para que retorne ao cargo por ele anteriormente ocupado, o instituto da

- A redistribuição.
- B recondução.
- C readaptação.
- D reversão.
- E reintegração.

**QUESTÃO 64**

Com base na Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

- A Ao servidor estudante será concedido horário especial, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, independentemente de compensação de horário.
- B O afastamento do servidor por motivo de doença profissional é considerado como efetivo exercício.
- C A licença-prêmio por assiduidade será concedida apenas aos servidores aprovados no estágio probatório.
- D O servidor público convocado para o serviço militar obrigatório deverá, para que não fique configurado o abandono de cargo, requerer licença para tratar de assuntos particulares, devendo retornar ao serviço no prazo máximo de trinta dias após o término do período do serviço obrigatório.
- E O servidor pode ausentar-se do serviço por dois dias para votar em outro estado da Federação.

**QUESTÃO 65**

A Lei n.º 8.112/1990 aplica-se

- A aos servidores temporários.
- B aos servidores públicos efetivos do Distrito Federal.
- C aos servidores públicos militares.
- D aos servidores públicos das empresas públicas.
- E aos servidores públicos das autarquias.

As questões de 66 a 70 a seguir devem ser respondidas com base no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE/MS).

**QUESTÃO 66**

Considerando que determinado advogado tenha sido nomeado juiz do TRE/MS, assinale a opção correta.

- A O tempo de serviço nesse cargo é contado a partir da data da nomeação.
- B Se ele afastar-se das atividades por motivo de licença, o período da licença não será computado no biênio para o qual foi nomeado.
- C A nomeação desse advogado deveu-se a uma indicação da assembleia legislativa do estado.
- D O advogado foi nomeado pelo presidente do tribunal de justiça do estado.
- E O período máximo de permanência desse advogado no cargo é de dois biênios consecutivos, devendo haver um intervalo de dois anos para nova investidura.

**QUESTÃO 67**

O procurador regional eleitoral

- A deve manifestar-se, em relação aos conflitos de competência submetidos ao tribunal, por escrito.
- B será substituído, em caso de afastamento por motivo de licença, pelo juiz eleitoral mais antigo.
- C possui a competência para emitir pareceres em todos os feitos contenciosos e nos administrativos, ainda que não envolvam matéria eleitoral.
- D tem direito a voto nas deliberações do tribunal.
- E não pode requerer arquivamento de inquérito policial.

**QUESTÃO 68**

Acerca das sessões do TRE/MS, assinale a opção correta.

- A No início do ano eleitoral, o presidente do tribunal deve fazer publicar, em resolução, as sessões ordinárias e extraordinárias a serem realizadas ao longo do ano.
- B De cada sessão deve ser lavrada ata circunstanciada, sendo vedado qualquer tipo de retificação após a sua lavratura.
- C O secretário das sessões do tribunal é o juiz eleitoral de menor antiguidade.
- D Os trabalhos das sessões obedecem a uma ordem, podendo o procurador regional eleitoral submeter ao conhecimento do tribunal qualquer outra matéria.
- E É vedado ao tribunal realizar sessões reservadas.

**QUESTÃO 69**

No que se refere aos processos no TRE/MS, assinale a opção correta.

- A As intimações do tribunal devem ser realizadas pessoalmente.
- B No conhecimento e julgamento dos feitos, devem-se conhecer e julgar primeiramente os conflitos de competência.
- C É vedado ao tribunal declarar a inconstitucionalidade de ato de poder público.
- D Os processos objeto de pedido de vista têm preferência na composição da pauta, que deve ser afixada no átrio do tribunal.
- E Qualquer advogado pode consultar autos que tenham tramitado em segredo de justiça.

**QUESTÃO 70**

A respeito das exceções de incompetência, do impedimento e da suspeição, assinale a opção correta.

- A Qualquer interessado pode arguir a suspeição de servidor da secretaria do tribunal.
- B Juiz do tribunal pode declarar-se suspeito ou impedido, devendo, obrigatoriamente, fazê-lo por despacho nos autos.
- C As deliberações do tribunal sobre incompetência, impedimento e suspeição serão tomadas publicamente.
- D Quando a arguição de suspeição de juiz eleitoral é julgada procedente, o presidente do tribunal deve exonerá-lo do cargo que ocupa.
- E A exceção de incompetência deve ser arguida até quinze dias após a expiração do prazo para a defesa.



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos